



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

12 de Fevereiro de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.^a da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

JORNAL DE ANGOLA *On Line*

QUARTA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 2025

Presidente da República orienta diplomatas a promoverem o turismo

O Presidente da República, João Lourenço, apelou, terça-feira, aos novos embaixadores de Angola em Espanha, Rwanda, Marrocos e Zimbabwe para elevarem ao mais alto nível as relações entre esses países e Angola.

O Chefe de Estado, que falava na cerimónia de tomada de posse dos diplomatas recentemente nomeados, sublinhou que estes têm a missão de atrair investimento estrangeiro para Angola e promover o turismo, reforçando a imagem do país no cenário internacional. “Devem também fortalecer os laços de amizade e cooperação económica de forma mais ampla”, ressaltou.

João Lourenço esclareceu que o processo de renovação da diplomacia continuará à medida que forem recebidos os “agreements” concedidos pelos países acreditadores. “Os embaixadores não devem permanecer tempo excessivo nas missões em que estão acreditados. Todos os países realizam regularmente essa rotação, e Angola não pode ser diferente”, salientou o Presidente da República.

Numa cerimónia testemunhada pela Vice-Presidente da República, ministros de Estado e ministros, secretários do Presidente da República e pelo governador de Luanda, o Presidente João Lourenço conferiu posse aos novos chefes de

Missões Diplomáticas de Angola em Espanha, nomeadamente Balbina Malheiros da Silva, antes embaixadora extraordinária e plenipotenciária da República de Angola na República Federal da Alemanha.

Para representar Angola no Rwanda foi indicado o embaixador Alfredo Dombe, que até à semana passada estava à frente da Missão Diplomática do país no Reino de Espanha.

Em Harare (Zimbabwe), foi nomeado Baltazar Diogo Cristóvão, que antes deste ciclo de rotação decidido pelo Presidente da República ocupava o posto de embaixador extraordinário e plenipotenciário da República de Angola no Reino de Marrocos.

Por último, José Filipe foi empossado para cumprir missão em Rabat como embaixador extraordinário e plenipotenciário da República de Angola no Reino de Marrocos. O posto anterior do diplomata José Filipe era na cidade de Budapeste (Hungria).

Embaixadores tomam posse e assumem compromisso de reforçar as relações

A embaixadora de Angola no Reino de Espanha, Balbina da Silva, considera a missão um novo desafio, destacando a necessidade de trabalhar com as autoridades espanholas para reforçar a cooperação em todos os domínios, incluindo o político, económico e social.

“A Espanha é a quinta economia da Europa e a 14^a do mundo, com sectores desenvolvidos como a Agricultura, o que será um ponto de interesse, dado que Angola é essencialmente agrícola”, observou.

O embaixador de Angola no Rwanda, Alfredo Dombe, destacou como prioridade o reforço da cooperação bilateral. “Angola tem desempenhado um papel de mediador no processo entre Rwanda e outros países. Vamos também

trabalhar para que investidores rwandeses possam participar no processo de reconstrução nacional em Angola”, declarou.

Já Baltazar Diogo Cristóvão, embaixador no Zimbábwe, assegurou que a prioridade será elevar as relações de cooperação e atrair investimento estrangeiro directo. “Nosso objectivo é promover Angola, atrair visitantes e estreitar laços históricos e culturais com os países onde estaremos em missão”, afirmou.

Por sua vez, José Filipe, nomeado para Marrocos, sublinhou a importância do intercâmbio de delegações oficiais para fortalecer a diplomacia económica. “O nosso trabalho é promover a marca feito em Angola, reforçar laços e fazer aquilo que cabe a um diplomata: garantir que o país seja bem representado e respeitado no exterior”, disse. (J.A.)++++

Executivo britânico da alta Finanças recebido no Palácio Presidencial

O Presidente da República, João Lourenço, recebeu hoje, em audiência, Tim Reid, Presidente do Conselho de Administração da Agência de Crédito à Exportação do Reino Unido (UKEF).

À saída, Tim Reid disse aos jornalistas que abordou com o Chefe de Estado aspectos relacionados com projectos de investimentos nas áreas da saúde, habitação e infra-estruturas, entre outras, “que no futuro terão grande impacto”. Ressaltou que dois mil milhões de libras é o valor de garantia de investimentos que o UKEF tem para Angola.

Fundada em 1919, a UKEF promove a prosperidade de financiamentos e seguros para exportações do Reino Unido e já apoiou mais de duas dezenas de países. (J.A.)++++

Téte António em Addis Abeba para participar da Sessão do Conselho da União Africana

O ministro das Relações Exteriores, Téte António, chegou na noite desta terça-feira, a Addis Abeba, capital da Etiópia, para participar da 46.^a Sessão Ordinária do Conselho Executivo da União Africana.

À chegada ao Aeroporto Internacional de Bole, Téte António foi recebido pelo homólogo, Gedion Timotheos, informou um comunicado de imprensa, enviado ao JA Online.

O comité de recepção foi composto pela secretária de Estado das Relações Exteriores, Esmeralda Mendonça, e o embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Angola na Etiópia e Representante Permanente junto da União Africana e da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), Miguel Bembe.

Posteriormente, o ministro Téte António deslocou-se à Missão Diplomática de Angola em Addis Abeba onde se inteirou dos Projectos de Agenda e do Programa do evento que se vai realizar sob o tema "Justiça para os Africanos e os Afrodescendentes por Meio de Indemnizações".

A reunião vai analisar o Relatório da 49.^a Sessão Ordinária do Comité dos Representantes Permanentes (CRP), o Relatório Anual das Actividades da União, dos seus Órgãos e dos Campeões, o Relatório da 15.^a Reunião do Conselho dos Ministros do Comércio da ZCLCA, bem como o Relatório do Africa CDC e a Emergência de Saúde Pública de Segurança Continental (PHECS).

Na ocasião, serão, igualmente, analisados os Projectos de Instrumentos Jurídicos, os Relatórios dos Comités do Conselho Executivo, os Pontos propostos pelos Estados-membros, assim como o Projecto de Agenda e os Projectos de Decisões da 38.^a Sessão Ordinária da Conferência da União Africana.

Este encontro ministerial antecede a 38.^a Sessão Ordinária da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da União Africana, a decorrer de 14 a 16 do mês corrente, em Adis Abeba, refere o documento. *(J.A.)++++*

Relatório de execução do OGE vai à votação final

O Relatório de Execução do Orçamento Geral do Estado referente ao III Trimestre de 2024, apreciado terça-feira na especialidade, vai à votação final global na próxima quinta-feira (dia 20 de Fevereiro).

Constam do documento várias recomendações, entre as quais o fortalecimento dos mecanismos de apoio à iniciativa privada, no âmbito do Projecto Diversifica Mais.

O projecto visa a aceleração da diversificação económica e a criação de empregos, que será financiado pelo Banco Mundial com 300 milhões de dólares, e está previsto para ser implementado até 2029, conforme o Decreto Presidencial n.º 117/23, de 5 de Junho.

A contenção do crescimento da dívida pública é outra das recomendações, com vista à sustentabilidade das finanças do país.

Segundo a relatora, deputada Elizandra Coelho, deve também ser priorizada a conclusão de obras e a reabilitação das principais estradas, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos (PIP) e do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

Reforçou, igualmente, a importância de intensificar as acções de desconcentração administrativa e financeira para melhorar os níveis de execução orçamentais dos projectos registados no PIIM, com o intuito de reduzir as desigualdades regionais. *(J.A.)++++*

China reitera vontade de incrementar investimentos em Angola

A República Popular da China reiterou, esta segunda-feira, em Luanda, a vontade de incrementar os investimentos em Angola, sobretudo em iniciativas que promovam a modernização das infra-estruturas.

Essa vontade foi manifestada pelo embaixador da China em Angola, Zhang Bin, durante uma audiência que lhe foi concedida pelo ministro das Relações Exteriores, Tété António.

Segundo uma nota de imprensa do MIREX, o encontro entre os dois diplomatas evidenciou a forte parceria entre os dois países e os progressos obtidos nos mais variados domínios.

O embaixador chinês afirmou, também, que os resultados positivos das trocas comerciais abrem caminho para novos acordos que impulsionem a economia e o progresso social dos dois países.

A China continua a ser o maior parceiro comercial de Angola, com um volume de negócios bilateral que ultrapassou 23 mil milhões de dólares em 2024. (J.A.)++++

Angola e Turquia abordam terceira Comissão Económica Conjunta

O ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino Azevedo, e o embaixador da Turquia em Angola, Muhammet Mustafa Çelik, abordaram, terça-feira, em Luanda, a realização da terceira sessão da Comissão Conjunta Económica entre os dois países.

Durante o encontro, as entidades abordaram questões ligadas sobre a data do evento que discutirá temas relevantes para o fortalecimento da colaboração entre Angola e a Turquia nos diferentes sectores, dos quais o mineiro e

petrolífero. À saída da audiência, o diplomata turco considerou a preparação da terceira Comissão Conjunta como um passo importante para os próximos avanços nas negociações entre os dois países com expectativas de firmarem novos acordos durante os próximos encontros, avançou o MIREM-PET, no Facebook. (J.A.)++++

Luanda e Manila projectam acordo de isenção de vistos

Angola e as Filipinas estão a negociar a assinatura de vários instrumentos jurídicos, com destaque para o Acordo sobre Isenção Mútua de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço.

De acordo com uma nota de imprensa, os dois países acordaram que os mesmos podem ser firmados durante a reunião de Consultas Políticas entre os dois países, aprazada para 17 de Março próximo, na capital filipina, Manila.

As partes pretendem assinar outros documentos, nomeadamente o Memorando de Entendimento entre a Academia Diplomática Venâncio de Moura do Ministério das relações Exteriores e o Departamento dos Negócios Estrangeiros das Filipinas, Acordo Geral de Cooperação Económica, Técnica e Cultural, assim como o Memorando de Entendimento sobre Turismo.

Esta informação foi dada a conhecer, em Manila, durante um encontro de cortesia mantido entre o embaixador de Angola nas Filipinas, Daniel António Rosa, e o director para África do Departamento dos Negócios Estrangeiros deste país, Marlowe Miranda.

Na ocasião, os dois responsáveis expressaram o compromisso de se engajarem para que as partes assinem esses instrumentos jurídicos, que irá assinalar uma nova era nas relações entre os dois países. Durante o encontro, os dois interlocutores abordaram, ainda, a política e economia de

Angola, assim como o papel do país no continente e na região, sobretudo em relação à presidência da União Africana.
(J.A.)++++

Grupos de trabalho reúnem para definir estratégias

Os coordenadores dos grupos de trabalho da comissão organizadora do Fórum Parlamentar da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (FP-CIRGL) e reuniões conexas reuniram, terça-feira, para passar em revista o caderno de encargos referente à 15.ª sessão, que acontece de 25 a 30 de Abril.

Durante o evento, que acontece na capital do país, a Assembleia Nacional vai assumir a presidência rotativa do Fórum Parlamentar da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos FP-CIRGL no período de 2025 a 2026.

A chefe da Divisão de Acompanhamento dos Grupos Nacionais da Assembleia Nacional, Verónica Andrade Ribeiro, disse que o encontro passou em revista todas as actividades e atribuições da responsabilidade do grupo.

A responsável, segundo informações partilhadas pelo site da Assembleia Nacional, acrescentou que os coordenadores das sub-comissões de trabalho estão engajados em criar e materializar estratégias conjuntas para a realização do plano de actividades dentro do prazo estabelecido.

Para a 15.ª Sessão Ordinária, que se levanta a possibilidade de acontecer fora de Luanda, são aguardados mais de 100 delegados dos países que compõem a Região dos Grandes Lagos.

O FP-CIRGL é uma organização interparlamentar que reúne os parlamentos nacionais dos 12 Estados-membros da CIRGL, nomeadamente Angola, Burundi, República Centro-Africana (RCA), Congo, Quênia, República Democrática do Congo (RDC), Rwanda, Sudão do Sul, Sudão, Uganda,

Tanzânia e Zâmbia. O Fórum foi instituído a 4 de Dezembro de 2008, em Kigali, Rwanda, quando os presidentes dos Par-
lamentos dos Estados-membros assinaram e ratificaram o
Acordo Interparlamentar. (J.A.)++++

Ministro Mário Oliveira pretende comunicação mais diver- sificada

**O ministro das Telecomunicações, Tecnológicas de In-
formação e Comunicação Social, Mário Oliveira, manifes-
tou, hoje, em Luanda, a pretensão para a criação de um
ecossistema que promova a liberdade de expressão, a diver-
sidade de opiniões, a transparência nas informações e res-
peite as regras deontológicas e de convivência social.**

Mário Oliveira proferiu essas palavras durante o dis-
curso de abertura de um seminário, no Centro de Formação
de Jornalistas (CEFOJOR), para promover a reflexão em torno
da gestão de empresas de Comunicação Social, no contexto
contemporâneo, bem como dos desafios da comunicação
institucional.

Na ocasião, sublinhou que, nos últimos anos, o Minis-
tério das Telecomunicações, Tecnologia da Informação e Co-
municação Social tem trabalhado, arduamente, para imple-
mentar políticas públicas que promovam uma comunicação
mais inclusiva e acessível.

“Acreditamos que a comunicação não deve ser um pri-
vilégio de alguns, mas um direito de todos, conforme consa-
grado em nossa Constituição”, defendeu.

Acrescentou, também, ser necessária uma comunica-
ção que não apenas informe, mas também eduque, inspire,
una a sociedade e eleve valores de cidadania do país.

Para Mário Oliveira, a comunicação, na essência, deve
ser um canal aberto de diálogo, onde cada voz tenha a opor-
tunidade de ser ouvida, considerada, e cujos os resultados

devem contribuir para uma sociedade plural, assertiva, onde os princípios fundamentais da convivência social e do respeito aos valores da cidadania devem estar sempre presentes. Disse ainda ser crucial que essa transformação não ocorra aleatoriamente.

“É nosso dever garantir que a comunicação seja tratada como uma questão estratégica, com profissionais qualificados e bem preparados para actuar nos cenários actuais e futuros”.

Mário Oliveira considera relevante que, no seio da classe, se abordem os desafios específicos que Angola enfrenta na comunicação institucional, sendo essencial que se reconheça a diversidade e pluralidade existente.

Lembrou que, hoje, enfrentamos um cenário em que as tecnologias, produção e o acesso à informação estão cada vez mais interligados e “a nossa história é rica em luta e resiliência e um testemunho da capacidade de adaptação e evolução”.

Apontou, ainda, o ano de 2025 como um marco que nos convida a reflectir sobre as conquistas, os desafios superados e as oportunidades que se abrem, no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconómico angolano. (J.A.)++++

País regista 255 novos casos e seis óbitos por cólera nas últimas 24 horas

A directora Nacional da Saúde Pública, Helga Freitas, informou, na manhã desta quarta-feira, que o país registou 255 novos casos e seis óbitos nas últimas 24 horas, totalizando 3.480 casos e 114 mortes até o momento.

O dado foi comunicado durante uma reunião para avaliar o plano operacional multisectorial de combate contra o surto da cólera, no Instituto Hematológico Pediátrico Dra. Vitória do Espírito Santo, em Luanda.

Na ocasião foram analisadas estratégias de mitigação da doença e apresentados os resultados da campanha de vacinação emergencial nas áreas mais afectadas.

Segundo as autoridades de saúde, a campanha superou a meta de 80%, atingindo 86% da população-alvo (dos um aos 80 anos), com a participação de cerca de seis mil profissionais, incluindo técnicos de saúde, voluntários, forças de segurança e líderes comunitários.

O encontro serviu, ainda, para o ajuste do plano de contingência e a definição das atribuições e dos indicadores para a avaliação da actuação dos sectores envolvidos no combate à cólera. (J.A.)++++

Luanda acolhe I Fórum Nacional de Educação e Ensino

A cidade de Luanda vai acolher, nos dias 20 e 21 deste mês, o I Fórum Nacional de Educação e Ensino. O evento, a ser realizado no âmbito dos 50 anos da Independência Nacional, vai decorrer sob o lema "Por uma Educação inclusiva, equitativa e de qualidade".

De acordo com uma nota, consultada pelo JA Online, o fórum vai debater estratégias sobre questões cruciais do sistema de Educação e Ensino, segundo as directrizes e metas estabelecidas pela UNESCO.

Os compromissos do novo pacto social sobre a Educação, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como as orientações do Plano Nacional de Desenvolvimento do Capital Humano 2023-2037 (ACH 23-37), também farão parte da mesa de debate.

O encontro conta, igualmente, com actores institucionais, académicos, docentes, analistas, estudantes e parceiros sociais reconhecidos. No certame vão ser, ainda, analisados os principais obstáculos e desafios da implementação das recomendações da UNESCO sobre a Educação, dos

instrumentos estratégicos de desenvolvimento nacional para a recolha de contribuições e para a(re)formulação das políticas educacionais, refere o documento. (J.A.)++++

Defendida aposta contínua na produção local de bens

A vice-presidente do MPLA, Mara Quiosa, defendeu, terça-feira, em Luanda, a necessidade de se continuar a apostar na produção nacional e na diversificação da economia, dependendo cada vez menos do petróleo e dos diamantes, reduzir as importações e aumentar as exportações, bem como melhorar o acesso à qualidade da Educação e da Saúde.

A número 2 do “partido dos camaradas” manifestou o posicionamento durante uma palestra sobre o 4 de Fevereiro, realizada na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, numa altura em que o país assinala 50 anos da Independência Nacional.

Mara Quiosa referiu que o Executivo, sob a liderança do Presidente da República, João Lourenço, tem estado a realizar um conjunto de reformas e uma aposta na diversificação da economia, nos sectores da Saúde e Educação, numa conjuntura económica e financeira mundial extremamente desafiante.

“Ao dialogarmos sobre o 4 de Fevereiro, renovemos o nosso compromisso com os valores da liberdade, da unidade e progresso que guiaram os nossos antepassados”, disse a dirigente, enfatizando que a data é um convite à reflexão sobre o papel de cada um na construção do futuro que se almeja.

Mara Quiosa reconheceu, igualmente, a bravura dos heróis do 4 de Fevereiro, considerando estas figuras como um símbolo de coragem e uma geração que enfrentou a opressão colonial com determinação para se inaugurar o caminho para a libertação de Angola.

Na ocasião, a vice-presidente do MPLA encorajou os jovens no sentido de honrarem e preservarem o legado dos heróis da Luta de Libertação Nacional, com acções concretas no presente e no futuro, construindo uma Angola cada vez mais desenvolvida, democrática e inclusiva. *(J.A.)++++*

Forças Armadas alertadas para riscos do ciberespaço

O adido de Defesa Naval do Exército e Aeronáutica da Embaixada do Brasil em Angola, Wanderlino Moreno Júnior, alertou as Forças Armadas para a importância da segurança cibernética, destacando que ataques virtuais podem comprometer sistemas de defesa e operações militares.

Durante o 3º Curso de Ciberespaço, Ciberdefesa e Cibersegurança, promovido pelo Instituto de Defesa Nacional (IDN), Wanderlino Moreno explicou que a vulnerabilidade cibernética pode permitir a manipulação de coordenadas de GPS, desactivação de radares e neutralização de sistemas navais e aéreos.

O especialista traçou uma comparação entre os domínios históricos de poder – terrestre, marítimo, aéreo e espacial – ressaltando que o ciberespaço se tornou uma nova frente estratégica para os Estados.

“O controlo do espaço cibernético pode influenciar directamente conflitos e operações militares, sendo essencial que os exércitos se preparem para essa nova realidade”, frisou.

O curso, que termina na próxima sexta-feira, está a abordar também os desafios da cibersegurança em Angola, alertando para a necessidade de investimentos em defesa digital para proteger infra-estruturas críticas e garantir a soberania nacional no ambiente virtual. *(J.A.)++++*

Propostas do MPLA e UNITA aprovadas na especialidade

Os deputados da 4.^a e 1.^a comissões da Assembleia Nacional aprovaram terça-feira, na especialidade, os relatórios pareceres conjuntos do perfil das candidatas Amélia Augusto Varela e Emiliana Margareth Nanga Covie, iniciativas do MPLA e da UNITA, respectivamente, a vagas de juízas conselheiras do Tribunal Constitucional.

De acordo com o documento da Assembleia Nacional, o Tribunal Constitucional é composto por 11 juizes conselheiros designados, entre juristas e magistrados, para um mandato de sete anos, não renováveis, nos termos das disposições dos n.º 3 e 4 do artigo 181.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 1.º da Lei n.º 24/10, e da Lei Orgânica do Tribunal Constitucional.

O diploma destaca, ainda, que compete à Assembleia Nacional eleger, por maioria de dois terços dos deputados em efectividade de funções, quatro juizes para o Tribunal Constitucional, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 181.º da Constituição da República de Angola, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 24/10, de 3 de Dezembro.

Amélia Augusto Varela, proposta do MPLA, vai exercer o cargo de juíza conselheira do Tribunal Constitucional em substituição da jubilada Maria da Conceição Sango.

De igual modo, o documento informa, também, que Emiliana Margareth Morais Nanga Covie, candidata de iniciativa da UNITA, vai exercer o cargo de juíza conselheira do Tribunal Constitucional em substituição de Josefa António.

Em declarações à imprensa no final da reunião, o deputado Paulo de Carvalho disse que a Constituição estabelece a forma como os juizes conselheiros do Tribunal Constitucional devem ser eleitos, tendo destacado que foi cumprida a disposição constitucional das duas candidatas.

“Nós apenas cumprimos a disposição constitucional, seja da Amélia Varela, seja de Margareth Nanga Covie”. Paulo de Carvalho sublinhou que a sessão de especialidade foi realizada nos termos daquilo que estabelece a Constituição e tudo indica que o Tribunal esteja em condições para ajuizar em relação ao próximo pleito eleitoral.

O deputado do Grupo Parlamentar do MPLA disse crer no sucesso das duas juristas, olhando para a vasta experiência colhida cada uma no seu respectivo partido.

“Reúnem todos os requisitos para o efeito e temos a certeza que ambas vão fazer um bom trabalho. Tudo indica que na plenária haverá unanimidade, portanto vai ser cumprido o mínimo de dois terços de votos para eleição das novas juízas conselheiras do Tribunal Constitucional”, disse.

Já o deputado da bancada parlamentar da UNITA Olívio Kilumbo destacou o facto de se ter cumprido um princípio constitucional para o preenchimento das duas vagas de juízas conselheiras. “Estamos a cumprir uma formalidade legal e as duas juízas agora vão para o plenário para votação final global”, referiu.

Reagindo à validação na especialidade das duas candidatas, o deputado disse estarem à altura das responsabilidades, acrescentando tratar-se de uma questão de Estado e deverão por isso corresponder às exigências do Estado, bem como do Governo político.

Os documentos ontem aprovados vão à votação final global na próxima semana.

Note-se que as candidatas Amélia Augusto Varela, foi indicada pelo MPLA para exercer o cargo de juíza conselheira do TC em substituição de Maria da Conceição de Almeida Sango, e Emiliana Margareth Morais Nanga Covie foi indicada pela UNITA para exercer o cargo de juíza conselheira do TC em substituição da juíza conselheira Josefa Antónia dos

Santos Neto, que foi jubilada por ter completado 70 anos de idade.

Funcionamento do Sistema Judicial

O processo tem como objectivo garantir o funcionamento adequado do sistema judicial angolano, assegurando que o Tribunal Constitucional continue a desempenhar o seu papel na salvaguarda da Constituição e dos direitos fundamentais dos cidadãos.

De realçar que a selecção de juízes conselheiros é uma responsabilidade significativa da Assembleia Nacional, que deve avaliar criteriosamente as qualificações e o perfil dos candidatos propostos.

Este procedimento visa assegurar que os nomeados possuam a competência técnica e a integridade necessárias para exercer funções de elevada responsabilidade no Tribunal Constitucional. *(J.A.)++++*

Errata sobre a presidente da Assembleia Nacional

O Jornal de Angola publicou, ontem, por lapso, que a presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira, endereçou uma mensagem ao Presidente da República da Namíbia pelo falecimento do primeiro Presidente Sam Nujoma, ocorrido sábado.

Na verdade, a mensagem da presidente do Parlamento angolano foi endereçada ao presidente da Assembleia da República da Namíbia, Peter Katiavivi.

Na mensagem, a líder do Parlamento angolano destaca a humilde e firme convicção de Sam Nujoma nos princípios que sempre o determinaram a favor da paz, da liberdade e do desenvolvimento dos povos africanos.

A presidente do Parlamento, em nome dos deputados da Assembleia Nacional e em seu próprio nome, endereça os mais profundos sentimentos de pesar pelo passamento físico

do primeiro Presidente da República da Namíbia, Sam Nujoma. Carolina Cerqueira considerou Sam Nujoma personagem incontornável da história da luta anti-apartheid e anti-colonialista.

“O Presidente Sam Nujoma foi um revolucionário convicto, um político fiel aos seus princípios pan-africanistas e defensor intransigente da liberdade e da identidade cultural do seu povo e dos povos africanos”, ressaltou.

“O infausto acontecimento, que chocou em particular os povos da África Austral, priva a Namíbia do Pai Fundador da Nação e a Região Austral de África de um dos maiores baluartes da luta pela autodeterminação dos nossos povos que, desde a década de 60, com a fundação da SWAPO e o início da luta armada se afirmou como um verdadeiro filho de África e como membro fundador da SADC deixou marcas indeléveis no processo de integração e progresso da região da África Austral”, lê-se na mensagem da líder do Parlamento angolano.

“Neste momento de luto e dor, associamo-nos às vozes de todos aqueles que em memória dos grandes feitos de Sam Nujoma se solidarizam com os irmãos da República da Namíbia e à distinta família e amigos do malogrado, reafirmando as nossas mais sentidas condolências e a nossa solidariedade aos nossos colegas deputados, assim como a todo o povo namibiano”, escreve na mensagem a líder da Assembleia Nacional. *(J.A.)++++*

Angola entre os melhores com percepção da corrupção

Angola está entre os países lusófonos com a maior percepção da corrupção, de acordo com o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) divulgado, ontem, pela Organização Não-Governamental (ONG) Transparência Internacional.

A ONG classifica 180 países e territórios de acordo com os seus níveis de corrupção percebidos no sector público. Nesse universo, a Guiné-Bissau ocupa a 158.^a posição e é o país de língua portuguesa com a maior percepção da corrupção, tendo perdido um ponto em relação ao ano passado, enquanto Moçambique manteve a mesma posição, 146.^a

Angola também caiu um lugar e ocupa a posição 121, Brasil fica na posição 107, menos duas que no ano passado e São Tomé e Príncipe manteve o mesmo lugar, 69.

Portugal é o país lusófono que perdeu mais lugares, quatro, mas ocupa a 43.^a posição no IPC, em que Cabo Verde é o lusófono melhor colocado, 35.^o lugar, menos duas posições que no ano passado. Os Estados Unidos ocupam o lugar 28, menos dois que no passado.

A lista é liderada pela Dinamarca, Finlândia e Singapura e na cauda estão o Sudão do Sul (180), Somália (179) e Venezuela (178). (J.A.)++++

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 12 de Fevereiro de 2025